

A deterioração da democracia: o enfraquecimento das instituições de 1995 a 2021
The deterioration of democracy: the weakening of institutions from 1995 to 2021

Lenon Yuri Silva ¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer a pesquisa e análise de como a democracia no Brasil tem sido enfraquecida ao longo dos anos e com isso, identificar alguns dos motivos que deram abertura para a desconfiança no sistema democrático. A metodologia usada é a pesquisa bibliográfica e histórica através de livros, artigos e notícias relacionadas à política nacional e aos ataques que ela tem sofrido ao longo das últimas décadas, indo de 1995, quando tivemos o primeiro presidente capaz de se reeleger desde a redemocratização do país, após o golpe militar de 1964 até os dias atuais, em 2021. Desta forma, o resultado esperado é a percepção de traumas históricos que envolvem o passado do Brasil. Esse contexto traz mais desconfiança nas classes mais pobres da sociedade brasileira, que, por estarem em uma situação mais frágil, são os que mais sofrem os impactos das disputas políticas.

Palavras-Chave: Política. Democracia. Governo.

ABSTRACT

The following article aims to research and analyze how democracy in Brazil has been weakened over the years and thus identify some of the reasons that gave rise to distrust of the democratic system. The methodology used is bibliographic and historical research through books, articles and news related to national politics and the attacks it has suffered over the last decades. From 1995, where we had the first president capable of being re-elected, since the country's redemocratization after the military coup in 1964 until the present day in 2021. Thus, the expected result is to perceive historical traumas involving Brazil's past. This context brings more distrust in the poorer classes of Brazilian society, which, because they are in a more fragile situation, are the ones that suffer the most from the impacts of political disputes.

Keywords: Politics. Democracy. Government.

Introdução

Desde a redemocratização do Brasil, em 1985, após um período de ditadura militar, os brasileiros vivem em um país com plena democracia e eleições diretas, podendo votar em seus representantes nas esferas municipais, estaduais e na esfera federal. Mesmo que o Brasil tenha se redemocratizado, há 36 anos, após a ditadura militar, hoje, a democracia brasileira enfrenta ameaças golpistas contra as instituições e atentados contra a própria democracia.

Em 1985, tivemos a volta dos civis na condução do país com o último presidente eleito de forma indireta, Tancredo Neves (PMDB²), entretanto, decorrente de um câncer, não pode

¹ Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). E-mail: lenonyurisilva26@gmail.com

² Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

tomar posse e então seu vice, José Sarney (PMDB), tomou posse como 31º Presidente do Brasil. Desde 2013, uma visão destrutiva aos poderes democráticos brasileiros têm ocorrido. Na contramão disso, atualmente, ataques contra o sistema democrático se tornaram frequentes em mídias sociais, onde flertes com o autoritarismo têm se tornado mais frequentes, já que, “Se o povo abraça valores democráticos, a democracia estará salva. Se o povo está aberto a apelos autoritários, então, mais cedo ou mais tarde, a democracia vai ter problemas”. (LEVINTSKY; ZIBLATT, 2018, p. 30). Nos últimos anos, os apelos autoritários partem de integrantes do poder executivo e de parte do legislativo, que se aproveitam dos momentos de crise para inflamar o discurso autoritário e assim, enganar a opinião pública.

Durante os governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB³) e Lula (PT⁴), os movimentos antidemocráticos eram quase invisíveis e a política exercida no período de 1995 a 2010 foi baseada nos elementos democráticos e nas regras do jogo político. Durante o primeiro governo Dilma (PT), além do progresso conquistado nos governos anteriores, uma série de problemas políticos no segundo governo Lula foram herdados, ainda sim, pedidos golpistas e antidemocráticos eram inimagináveis de ocorrerem.

Em 2012, reeleita, a Presidente Dilma Rousseff enfrentou uma crise financeira que levou ao seu impeachment em 2016, então, seu vice Michel Temer assumiu o país no mesmo ano como 37º presidente do Brasil. Nesse período, foi possível perceber a ascensão do discurso antidemocrático, golpista e a desconfiança nas instituições políticas. Segundo Levintsky e Ziblatt (2018), desde o final da Guerra Fria, os colapsos democráticos não precisam de generais e armas para ocorrerem, bastava que os agentes autoritários descreditassem o sistema através de discursos populistas e golpistas.

Em 2018, o Brasil elegeu o, até então, deputado Federal Jair Messias Bolsonaro, que teve 57.797.847 votos contra 47.040.906 de seu adversário Fernando Haddad. O discurso conservador nos costumes e liberal na economia, além de seu foco na segurança através do armamento de civis, atingiu parte dos brasileiros que estavam temerosos pelo aumento da criminalidade.

Esse discurso populista que tocou em um dos pontos mais frágeis da sociedade e foi capaz de influenciar os votos dos eleitores que queriam a solução da violência, prometia solucionar um problema complexo que exige um alto investimento monetário e político por

3 Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

4 Partido dos Trabalhadores.

meio de, segundo o discurso de Bolsonaro, basicamente, armando a população, assim como revelam os autores:

Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas. Na América Latina, por exemplo, todos os quinze presidentes eleitos na Bolívia, no Equador, no Peru e na Venezuela entre 1990 e 2012 eram outsiders populistas: Alberto Fujimori, Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez e Rafael Correa. (LEVINTSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32).

O discurso com viés antidemocrático contra as instituições já estabelecidas, junto ao discurso populista e às soluções simples para os problemas complexos da sociedade brasileira, tornou, o então deputado *outsider* eleito para a presidência do Brasil. Levintsky e Ziblatt (2018) dizem que as democracias podem morrer pelos agentes eleitos, dependendo do objetivo do representante, ele pode subverter o sistema, invalidando qualquer sistema de freio ou contrapeso.

Desta forma, esse estudo procura analisar os últimos 26 anos e os últimos cinco presidentes do Brasil esclarecendo os momentos em que as instituições democráticas foram enfraquecidas ao ponto de permitir que falas, discursos golpistas e antidemocráticos pudessem se tornar mais frequentes, já que hoje, o discurso antidemocrático usa as instituições democráticas para atacar a própria democracia, assim sequestrando a opinião pública e desacreditando as próprias instituições democráticas. Logo, o Brasil de 2021 fica cada vez mais próximo de uma autocracia e distante da democracia.

Para isso, a pesquisa referencial utiliza dados do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), TSE (Tribunal Superior Eleitoral), reportagens dos portais G1, O Globo, Revista Veja, UOL, Estado de Minas, Folha de São Paulo e artigos que buscam explicar a ascensão do discurso antissistema e antidemocrático, bem como a deterioração das instituições que têm o dever de preservar a democracia.

Método de pesquisa

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. “O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos.” (GIL, 2008, p. 26).

A metodologia a seguir será de pesquisa bibliográfica, baseada em artigos, matérias jornalísticas e análise histórica de documentos relacionados à política, ao longo dos últimos 26

anos. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50).

Faz-se, neste trabalho, uma pesquisa documental em busca de artigos e documentos históricos que ajudem na elucidação da política brasileira, discutindo como ela se modificou ao longo dos anos e como essa mudança afetou a sociedade.

Essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficientes para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. (GIL, 2008, p. 147).

As fontes documentais usadas estão dispostas nos sites do TSE que demonstram os resultados das eleições anteriores, além das pesquisas realizadas por institutos de pesquisa como o IBOPE, Datafolha e IPO (Instituto Pesquisas de Opinião). Assim como artigos publicados de outros autores que têm como tema a pesquisa política e histórica.

Usaremos reportagens que foram feitas ao longo desses últimos quatro governos (Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro), e que discutem como a população tem reagido perante a democracia e ao aumento dos ataques antidemocráticos com incitações a favor da ditadura militar.

Os documentos de comunicação de massa, tais como jornais, revistas, fitas de cinema, programas de rádio e televisão, constituem importante fonte de dados para a pesquisa social. Possibilitam ao pesquisador conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual e também lidar com o passado histórico. Neste último caso, com eficiência provavelmente maior que a obtida com a utilização de qualquer outra fonte de dados. (GIL, 2008, p. 151).

Com essa linha histórica, é esperado atingir os principais motivos que fizeram parte da construção do processo que fez com que população optasse por discursos de ódio, preconceito em prol da destruição da democracia. Através do método observacional, é esperado analisar as reações das pessoas perante a política ao longo desses 26 anos e como ela tem se modificado.

O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos curiosos. Por outro lado, pode ser considerado como o mais primitivo, e conseqüentemente o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais. (GIL, 2008, p. 16).

A pesquisa observacional é feita através das notícias e pesquisas feitas ao longo do trabalho. Interpretar o contexto histórico e os motivos que levaram a sociedade a percorrer o caminho que levou aos momentos atuais será através da pesquisa observacional.

Com essa pesquisa documental, tanto bibliográfica quanto observacional, o trabalho tentará evidenciar o aumento do descontentamento da população com a atual democracia e como isso tem feito mal a toda sociedade, aumentando a polarização social e dando aberturas para o aumento da violência com o verniz da liberdade de expressão, mas que prega o fim da democracia.

Governos e a escalada autoritária.

O Brasil, em 1964, viveu seu mais duro golpe militar, uma vez que essa ditadura ficou marcada pela violência contra manifestantes contrários ao regime e pelos Atos Institucionais (AIs), principalmente o AI-5, que retirou os mandatos de parlamentares, legalizou as intervenções militares e legalizou a tortura contra opositores ao regime. A redemocratização do Brasil ocorreu em 1985, conseguindo manter uma alternância saudável de presidentes, principalmente de 1995 até 2016.

Nos últimos anos, o regime militar voltou a ser desejado por alguns parlamentares e por parte da população, alegando que a solução dos problemas do país seria alcançada através da volta dos militares ao poder. “A erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos”. (LEVINTSKY; ZIBLATT, 2018, p. 81). A erosão dos governos democráticos acontece em períodos de crises em que a economia e o bem-estar da população são afetados, a procura por soluções rápidas se tornam frequentes, mesmo que isso signifique acreditar em discursos populistas. A inspiração nos quartéis militares, onde aparentemente as coisas funcionam de forma ordenada, atraem a população na expectativa de que essa organização seja implementada no país. “Enquanto negócios familiares e esquadrões de exércitos podem ser governados por ordens, democracias exigem negociações, compromissos e concessões. Reveses são inevitáveis, vitórias são sempre parciais”. (LEVINTSKY; ZIBLATT, 2018, p. 80).

Em quartéis, basta apenas a ordem do comandante para a tomada de decisões, já na democracia, as decisões são construídas através de longas discussões e debates. Nem sempre na democracia é possível atingir o que se almeja, e é inevitável que ocorram derrotas. Diferente

dos sistemas autoritários, em que os desejos do ditador sempre são atendidos e o diálogo é ignorado.

O risco de colapso na democracia é um problema causado pelo enfraquecimento das instituições, que deveriam filtrar os representantes que não compactuam com as leis e as regras do sistema político, assim como aqueles que planejam usar as próprias leis de forma errônea para desvirtuá-las.

Mesmo quando as instituições e os agentes políticos agem de forma a defender as regras do jogo democrático, aspirações autoritárias sempre são presentes. Mesmo no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o então deputado Jair Bolsonaro, em um programa de televisão, se sentiu à vontade para defender um golpe militar e a morte do presidente FHC. Hoje, presidente, Jair Bolsonaro, mantém seu posicionamento defendendo a destituição dos poderes da república, o golpe militar e que a população se volte contra as autoridades eleitas, pois elas, supostamente, agem contra a vontade popular.

Governo Fernando Henrique Cardoso

O governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que durou de 1995 até 2002, é lembrado hoje por suas ideologias mais liberais e pelas privatizações de algumas empresas estatais. Além de privatizações, o governo de Fernando Henrique também se ocupou em sancionar leis de cunho trabalhista para que pudessem se adequar aos moldes de um regime mais liberal. “A suspensão do contrato, por um período de até 5 meses, vinculada a um processo de requalificação profissional, praticamente não se efetivou, nem mesmo como crescimento do desemprego.” (KREIN, 2004, p. 278).

A flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), na época, teve uma alta resistência de sindicatos e trabalhadores que se sentiram atingidos. Essa reforma no período FHC fez com que os trabalhadores se manifestassem contra tais medidas e assim, em 1999, ocorreu a “Marcha dos 100 mil”, em que trabalhadores, junto aos sindicatos, se manifestaram em Brasília, sendo a maior manifestação contra o governo FHC até então. “A ‘Marcha dos 100 Mil’ chega hoje a Brasília pedindo a abertura de um processo por suposto crime de responsabilidade de FHC no processo de privatização das teles. Alguns setores vão pedir o impeachment do presidente”. (Folha de São Paulo, 1999).

Os protestos contra o governo, pelos mais diversos descontentamentos da sociedade, fazem parte da democracia e do direito, além de ser um dever da sociedade por exigência de melhorias sociais. “Ao fim do segundo mandato, de acordo com o Datafolha, a reprovação (36% consideravam-no ruim ou péssimo) era maior do que a aprovação (26% viam-no como ótimo ou bom). Outros 36% consideravam-no regular.” (O Globo Época, 2019).

Enquanto ocorriam manifestações organizadas por sindicatos, o então deputado Federal Jair Messias Bolsonaro (PPB⁵-RJ) era entrevistado em um programa de televisão. Nesse programa, ele fez uma afirmação que foi ignorada em 1999, mas, que, hoje, chega a ser muito impactante, pois se trata de uma afirmação antidemocrática. Mesmo com as manifestações nesse mesmo ano, nenhuma delas pediu a morte do presidente ou que o congresso fosse fechado. “Convidado do programa ‘Câmera Aberta’, da TV Bandeirantes, na madrugada do dia 24 de maio de 1999, o deputado defendeu o fechamento do Congresso e a morte de ‘uns 30 mil, começando com FHC’”. (FILHO, 2019).

Esse comentário foi tecido no ano de 1999, em meio a CPI⁶ dos bancos, que buscava apurar possíveis irregularidades envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional.

Mesmo em meio a inúmeros protestos, no levantamento bibliográfico aqui proposto, não foram encontrados pedidos de extinção de algum poder da república ou de volta de algum regime totalitário durante todo governo FHC.

A transição do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para o governo Lula (2003-10) foi marcada pela iniciativa do tucano em liberar nomes de seu ministério para uma passagem de governo programática e sem ruídos, cuidando para que temas como economia, administração pública e políticas sociais fossem compreendidas pelos nomes que viriam a ser indicados pelo recém-eleito líder do Partido dos Trabalhadores. (Folha de São Paulo, 2018).

A transição do governo, em 2002, foi natural e orgânica, não tendo nenhum tipo de desconfiança sobre os resultados obtidos nas urnas.

5 Partido Progressista Brasileiro (PPB), hoje Progressistas (PP).

6 Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Governo Lula

Durante o ano de 2002, houve a disputa presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o candidato pelo PSDB, José Serra. Nessa disputa, o até então deputado Federal pelo estado de São Paulo, Luiz Inácio foi eleito o 35º Presidente do Brasil. Pela primeira vez após a redemocratização do Brasil, um presidente eleito conseguiu passar a faixa presidencial para seu sucessor eleito.

As eleições do ano de 2002 foram um marco histórico para os brasileiros. Ano esse em que a democracia se viu consolidada pela alternância de poder de um candidato a outro sem os percalços das décadas anteriores, como foram os casos de Tancredo e Sarney, e Collor e Itamar, e mais, a chegada ao poder de forma democrática por um candidato de um partido com raízes no campo da esquerda política. (BARBOSA, 2012, p. 41).

Nenhum tipo de fator interno ou externo impediu que esse evento ocorresse e se tornasse simbólico, mostrando a força e o funcionamento correto da democracia, no qual a população escolheu seu representante que atuou por quatro ou oito anos, no caso de reeleição, para seu novo representante, que foi eleito pelo voto democrático.

Durante os dois mandatos, o governo enfrentou diversas CPIs, entre elas a do apagão aéreo, que buscou desvendar os problemas no controle do tráfego aéreo, após o acidente entre o avião da Gol e um jato *Legacy*.

A tragédia que ocorreu e motivou a instauração dessa CPI gerou uma comoção social que levou uma parte da população para as ruas, exigindo, assim como a CPI dos bancos em 1999, o impeachment do presidente e a sua renúncia, como se pode ver: “Em São Paulo, o ato começou na Avenida Paulista e contou com a presença de parentes de vítimas do acidente do voo 3054 da TAM. No Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi vaiado na Praia de Copacabana”. (G1, 2007).

A CPMI⁷ dos correios teve por objetivo investigar escândalos envolvendo propina nos correios e, ao longo do tempo, foi tomando outros rumos, até que, o então deputado Roberto Jefferson (PTB⁸), decidiu apontar supostos casos de corrupção praticados pelo Partido dos Trabalhadores nos Correios.

A CPI dos Correios foi criada em maio com o objetivo específico de investigar as denúncias de corrupção nas estatais, mais especificamente, nos Correios. Seu foco, no entanto, foi deslocado pouco depois para a investigação da existência do suposto

7 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI).

8 Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

"mensalão", o pagamento mensal a parlamentares da base aliada pelo governo. (Folha de São Paulo, 2005).

Esse escândalo ficou conhecido como mensalão e chegou a desgastar o primeiro governo Lula, mas com sua origem tardia (2005), não surtiu um efeito significativo, pois, apesar desse fato, Lula foi reeleito em 2006 tendo uma aprovação de 83% no fim de seu segundo mandato. Em 2010, ocorreu a eleição de sua correligionária Dilma Rousseff.

Governo Dilma

A ex-presidente Dilma, eleita em 2010, herdou alguns problemas não solucionados do governo Lula, entre eles o que talvez seja um dos maiores motivos para sua queda: as prisões decorrentes do mensalão. Em seus dois primeiros anos de governo, são indiscutíveis os progressos sociais, econômicos e políticos alcançados devido à continuidade de programas iniciados na gestão Lula. Felipe Queiroz (2018) avaliou a política petista e informa que está sempre se pautava pelos programas econômicos e sociais com o favorecimento de avanços no campo social e diminuição da extrema pobreza. A então presidente Dilma, além de manter os avanços no combate a extrema pobreza através do Bolsa Família, investiu nos ensinos técnicos e superiores para as pessoas de baixa renda.

Com o objetivo do progresso social e transformação social, a política econômica do governo Dilma teve como seu principal objetivo o ingresso na faculdade e o ensino técnico através dos programas FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Com base nos dados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) (2016), em 2000 havia 1.004 instituições privadas. Em 2007, esse número saltou para 2.032, mantendo um padrão de crescimento até 2012, com 2.113 instituições. (PINHEIRO; SERRANO, 2019, p. 371).

Em seu segundo ano de mandato, a presidente Dilma enfrentou as condenações em série de pessoas relacionadas ao governo petista no caso mensalão, o que fez com que a imagem de seu próprio governo fosse arranhada. Em alguns momentos, teve que ir a público defender o ex-presidente Lula. Além disso, a oposição ao seu governo fazia duras críticas de que enfrentava momentos de insatisfação.

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou 25 réus do mensalão em 2012. Doze já tiveram mandados de prisão expedidos na sexta-feira (15), sendo que 11 deles estão presos e um – Henrique Pizzolato – fugiu para a Itália e é considerado foragido. (G1, 2013).

O trauma do mensalão trouxe à tona a vontade popular de combate a suposta corrupção que o governo petista tinha instaurado no governo brasileiro e, com isso, nasceu a “Operação Lava Jato”. Nesse momento, a maior crise política, desde a redemocratização do Brasil, estava instaurada e o governo da petista estava mais abalado do que nunca. Em sua segunda disputa eleitoral, em 2014, a presidente Dilma concorreu contra o então Senador Federal Aécio Neves (PSDB), a disputa foi apertada e a presidente Dilma venceu com 51,64% dos votos validos em segundo turno.

Tabela 1 Dilma x Aécio

Nome do candidato	Partido	Votos nominais	
Dilma Rousseff	PT	54.501.118	51,64%
Aécio Neves	PSDB	51.041.155	48,36%
Total Geral		104.838.753	100%

Fonte: (Site G1, 2014)

O conservadorismo brasileiro que, até então, tinha sido suprimido por anos de governos progressistas, em 2014, tomou boa parte da população e recebeu mais impulso após a reeleição da presidente Dilma. Com um cenário altamente desfavorável, o governo petista estava na mira da população insatisfeita que desejava mudanças.

Desenvolvimento da Operação Lava Jato

A instauração da CPI da PETROBRAS, em 2014, confirmou o início da queda do governo de Dilma e o crescimento dos ataques à democracia. A CPI tinha como objetivo investigar atos irregulares na empresa nos anos de 2005 e 2015, com relação a superfaturamentos e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil e fora dele. O desfecho da CPI foi de isenção de responsabilidade nas denúncias de corrupção da estatal: “O relatório isenta de responsabilidade nas denúncias de corrupção na estatal políticos investigados na Lava Jato e os ex-presidentes da Petrobras José Sérgio Gabrielli e Graça Foster.” (G1, 2015).

Em paralelo à CPI, a Operação Lava Jato estava atuando de forma mais coercitiva e de fato levando à prisão de pessoas supostamente ligadas à corrupção da estatal, uma vez que a

operação tinha como objetivo a investigação de corrupção na PETROBRAS. “De fato, a operação Lava-Jato minou os arranjos políticos tradicionais que contribuíram para a governabilidade dos governos petistas, além de reforçar a perda de popularidade do governo.” (BASTOS, 2017, p. 5).

Indignada, insatisfeita e desconfiada perante o governo e aos políticos, a população se apegou fortemente às conquistas da operação, e passou a enxergar a ação como uma maneira de salvar o país da corrupção endêmica, tendo como modelo de justiça o juiz Sergio Moro, responsável por julgar os casos da operação.

Grande parte dos manifestantes pedia a renúncia ou o impeachment da presidente e cobrava o fim da corrupção. Pela primeira vez, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi fortemente criticado. Muitos participantes vestiam verde amarelo e levavam bandeiras do Brasil. Também foram vistas faixas com referência à Operação Lava Jato e elogiando o juiz Sérgio Moro. (G1, 2015).

Durante todo o processo de investigação, ocorreram vazamentos de informações sigilosas que afetaram o governo de forma direta, por meio de áudios comprometedores da presidente ou pessoas ligadas ao governo e de forma indireta, com prisões seletivas, por meio de delações premiadas que afetaram a bolsa de valores e a economia do país.

As pessoas que mais se tornaram presentes em todo o processo foram o juiz Sergio Moro e o coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol. Ambos ficaram visíveis na mídia, após indiciar e investigar o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma investigação baseada em delações premiadas de Antonio Palocci. Com a visibilidade adquirida por causa da Lava-Jato, Dallagnol começou a ministrar palestras para empresas e desta forma, passou a lucrar com a fama conquistada através da operação.

O procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, montou um plano de negócios para lucrar com eventos e palestras na esteira da fama e dos contatos conseguidos durante a operação, mostram mensagens obtidas pelo Intercept e analisadas em conjunto com a equipe da Folha de S. Paulo. (AUDI; DEMORI, 2019).

O coordenador da operação estava se utilizando da máquina pública, em que a principal função era investigar possíveis delitos, para se autopromover, principalmente nas próprias empresas investigadas e assim, lucrar cada vez mais.

Impeachment patrocinado pela Lava Jato

Em meio ao seu segundo mandato, a presidente precisou enfrentar um processo de impeachment. O cenário do impeachment, o segundo após a redemocratização, contava com inúmeras manifestações contra o governo, prisões e denúncias da Operação Lava Jato contra pessoas próximas ou ligadas ao governo, além da economia em queda.

Durante a votação, o então deputado Jair Bolsonaro (PSC⁹-RJ), que, no passado, havia pregado a morte do presidente Fernando Henrique e o fechamento do Congresso Nacional, fez um discurso cruel, repugnante e imoral que exaltava as torturas cometidas durante a Ditadura Militar pelo Coronel Carlos Brilhante Ustra contra a presidente Dilma.

"Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim" – foi o trecho final do discurso de Bolsonaro, em meio a vaias e aplausos. (BARBA; WENTZEL, 2016).

O apoio a um regime que torturou, matou, censurou e retirou direitos sociais em um processo que demonstra o poder soberano da democracia para atingir uma presidente, mostra como o autoritarismo chegou ao Congresso Nacional. Em 2016, o Brasil mudou e as figuras autoritárias tomaram visibilidade que não tinham desde 1964, o ataque as instituições se tornou comum e assim, o deputado Bolsonaro se sentiu à vontade para fazer um discurso antidemocrático.

Quando o tema do debate é a tortura, denunciada por diversas organizações como um problema que continua existindo nas delegacias e prisões brasileiras, Bolsonaro opina que “se o objetivo é que o cara abra a boca, então é preciso arrebutá-lo”. Mas nada do anterior pode competir com seus delirantes comentários sobre a ditadura brasileira (1964-1985), considerada pelo deputado como um período de “20 anos de ordem e progresso”. (BARÓN, 2014).

É visível que o deputado Jair Messias Bolsonaro não quis fazer a defesa do processo legal para que as polícias e a população tivessem segurança, mas para criar um estado

⁹ Partido Social Cristão (PSC).

permanente de medo e obediência, onde ele pudesse livremente agir, e por ser um capitão da reserva, ele se imaginava como beneficiário de uma possível volta do governo militar.

A operação Lava-Jato utilizou-se da estratégia de divulgar de áudios obtidos através de grampos ilegais, recurso que foi comum em todo o percurso dos trabalhos. Os áudios ilegais, divulgados com a ajuda de jornais e revistas, tornaram o impeachment viável e a presidente Dilma foi afastada logo em seguida.

Ao analisar hoje um pedido da defesa da presidente afastada Dilma Rousseff sobre a legitimidade dos grampos, o ministro Teori Zavascki criticou enfaticamente o juiz Sergio Moro e determinou que sejam anulados todos os áudios gravados depois da ordem de suspensão dos grampos. (BORGES, 2016).

Em 2019, foi comprovado que houve a articulação entre o juiz Sergio Moro e os procuradores da operação ilegal. Foi constatado que a operação estava se utilizando de meios ilegais para atingir seus alvos, de forma seletiva. Segundo a CNN Brasil, os procuradores da Lava Jato já sabiam que o juiz Sergio Moro iria divulgar os áudios.

Nas mensagens trocadas na manhã do dia 16 de março, data da divulgação dos áudios, um dos procuradores pergunta ao grupo qual a posição de Brasília sobre o assunto que trataria com “o russo”, codinome dos procuradores para Sérgio Moro. A resposta de Deltan Dallagnol é que os procuradores de Brasília acharam melhor “abrir o sigilo”. (Caio Junqueira, José Brito e Vital Neto, 2021).

Com a divulgação das mensagens entre a força tarefa e o juiz Moro, em 2021, a operação ficou desgastada e assim foi encerrada, mas antes de seu fim, ela conseguiu pautar parte do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ela foi interditada e seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência, se tornando o 37º Presidente do Brasil.

Governo Temer

O 37º Presidente do Brasil foi Michel Temer (PMDB). O governo Temer enfrentou, assim como sua antecessora, inúmeras tentativas de impeachment e protestos da sociedade, e a exemplo do que houve no governo anterior, existiam pedidos de caráter autoritário que estavam em plena expansão. “Vestidos de verde e amarelo, manifestantes cantavam constantemente o hino nacional e exigiam uma redução geral dos impostos, a queda de Temer e “uma intervenção militar” de caráter temporário.” (Felipe Betim, 2018). Devido à alta dos combustíveis, os

caminhoneiros se organizaram através de uma das maiores greves sentidas pelo país nas últimas décadas.

Prejudicada pela greve dos caminhoneiros, a economia brasileira sofreu uma contração de 3,34% em maio, mostrou o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma "prévia" do resultado do Produto Interno Bruto (PIB). Outros indicadores de maio já haviam apontado a dimensão do estrago. (LOPES; CORREA; SILVA; RODRIGUES, 2019, p. 68).

O governo Temer atingiu 62% de reprovação em seu mandato. Segundo o Datafolha, em 2018, ele se tornou um presidente bem impopular e parte dessa impopularidade ocorreu devido aos projetos de lei emplacados que restringiam a economia e afetaram os mais pobres, além de ser muito vinculado ao PMDB, considerado por muitos, como um partido que compõe o centro, pejorativamente conhecido como centrão, que é composto por partidos que sempre apoiam o governo eleito em troca de favores políticos. Esses partidos são comumente associados à corrupção e sempre estiveram presentes em todos os governos, compondo algum ministério e pautando pedidos governamentais em troca de verbas ou cargos no alto escalão do governo.

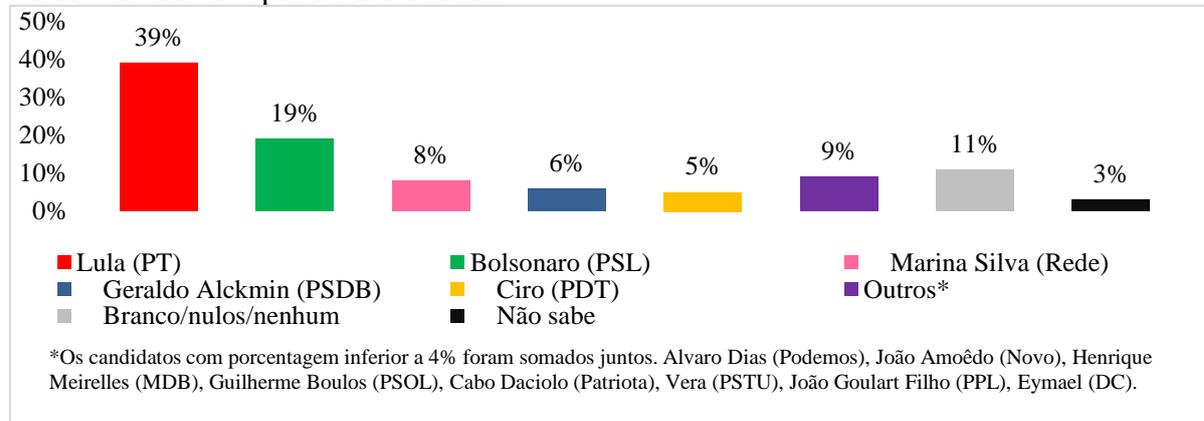
O marketing anticorrupção e as prisões proporcionadas pela operação Lava Jato, que beiravam à ilegalidade ao destruir empresas e o cenário político do Brasil, davam forças para os movimentos contra o governo e a democracia. A operação se utilizou de provas ilegais, adquiridas em Mônaco, para realizarem a prisão de Renato Duque, em 2015. “A troca de mensagens entre procuradores ainda indica que Deltan Dallagnol, chefe da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, fez uso de prova ilícita, obtida junto a autoridades de Mônaco, no pedido de prisão de Renato Duque em março de 2015”. (MELLO; SABÓIA; CHADE; RIBEIRO; DEMORI, 2019).

Uma nova classe política surgiu durante nesse período e se denominava de “lava jatistas”. Para eles, a corrupção era o pior crime existente no Brasil e assim, qualquer método para eliminá-la era válido. O apoio a medidas de investigação da Lava Jato e do coordenador Dallagnol tinham o respaldo do juiz Sergio Moro.

Lava Jato como ferramenta política

Em 2018, quando aconteceria um ano eleitoral atípico, em todo o Brasil, os candidatos com maior relevância eram Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PSL), com uma boa vantagem para a vitória do petista.

Gráfico 1 - Previsões presidenciais 2018



Fonte: (Datafolha, 2018).

O instituto de pesquisa Datafolha fez um levantamento de possíveis candidatos à presidência em 2018, e os mais citados foram Lula e Jair Bolsonaro. Mesmo sendo acusado em um processo promovido pela operação Lava Jato, o ex-presidente Lula estava liderando com 39%, provando que ainda era uma figura querida entre parte dos eleitores.

Durante as prévias presidenciais, o juiz Moro determinou a prisão de Lula em segunda instância e sem que o processo tenha o trânsito em julgado¹⁰. Isso obrigou o Partido dos Trabalhadores a buscar um outro candidato que substituísse o ex-presidente. O nome escolhido era o de Fernando Haddad, que foi Ministro da Educação no governo Dilma. Sua candidatura enfrentou dificuldades proporcionadas pelos procuradores da Lava Jato e vazamentos trazidos pelo The Intercept Brasil que mostravam que o juiz Sergio Moro e os procuradores da operação atuaram de forma ativa para impedir que Lula realizasse uma entrevista que poderia inflar a candidatura de Haddad.

Outro procurador, Athayde Ribeiro Costa, sugeriu expressamente que a Polícia Federal manobrasse para que a entrevista fosse feita depois das eleições, já que não havia indicação explícita da data em que ela deveria ocorrer. Dessa forma, seria

¹⁰ Trânsito em julgado é uma expressão usada para uma decisão ou acordão judicial da qual não se pode mais recorrer.

possível evitar a entrevista sem descumprir a decisão. (GREENWALD; POUGY, 2019).

Após o cancelamento da entrevista de Lula aos meios de comunicação no dia 20/09/2018, o juiz Sergio Moro, na data de 01/10/2018, vazou um acordo de delação premiada do ex-ministro da fazenda no governo Lula, Antonio Palocci, abalando a candidatura de Fernando Haddad, seis dias antes do primeiro turno das eleições de 2018.

Moro afirmou ainda que a divulgação era "necessária" porque ele terá de analisar benefícios a Palocci em uma das ações penais contra Lula. E que, em razão do respeito à ampla defesa, seria "pelo menos necessário dar conhecimento aos defensores dos coacusados do conteúdo". (OLIVEIRA, 2018).

O áudio se tornou público, assim como o documento transcrito com a delação, pois o áudio foi amplamente divulgado nos meios de comunicação no mesmo dia, o que foi sentido na candidatura de Haddad que, pouco tempo antes das eleições de segundo turno, estava no mesmo partido do ex-presidente acusado de corrupção em uma delação.

“QUE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, na mesma reunião, afirmou que caberia ao COLABORADOR gerenciar os recursos ilícitos que seriam gerados e o seu devido emprego na campanha de DILMA ROUSSEFF para a Presidência da República;”. (Superintendência Regional No Estado Do Paraná Delegacia Regional De Combate Ao Crime Organizado Operação Lava Jato, 2018).

Com toda essa movimentação política que envolvia o PT e o ex-presidente Lula, o candidato Jair Bolsonaro intensificou sua campanha baseando-a no combate à corrupção, na defesa da família, nos valores cristãos, contra a ideologia de gênero e principalmente com discurso antipetista. Em uma de suas visitas eleitorais ao estado do Acre, a reportagem da revista Exame mostrou o candidato com um tripé, simulando estar atirando, enquanto afirma que vai “fuzilar a petralhada do Acre”. “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”, disse em comício no dia 1º de setembro em Rio Branco. Logo depois, sua assessoria declarou que “foi uma brincadeira, como sempre”. (IstoÉ, 2018).

As eleições de 2018 terminaram com a vitória de Jair Bolsonaro (PSL). Após sua vitória, o então juiz Moro deixou seu cargo de juiz para se tornar o Ministro da Justiça de Bolsonaro e Luiz Antonio Bonat tornou-se o juiz responsável pela Lava Jato.

Governo Bolsonaro

Jair Bolsonaro (PSL) é o 38º Presidente do Brasil. Eleito com um discurso anticorrupção e antissistema. O candidato venceu a disputa acirrada contra Fernando Haddad, obtendo 55% dos votos válidos enquanto Haddad teve 45% dos votos, em uma das eleições mais disputadas.

Tabela 2 Bolsonaro x Haddad

Nome do candidato	Partido	Votos nominais	
Jair Messias Bolsonaro	PSL	57.797.847	55%
Fernando Haddad	PT	47.040.906	45%
Total Geral		104.838.753	100%

Fonte: (Site TSE)

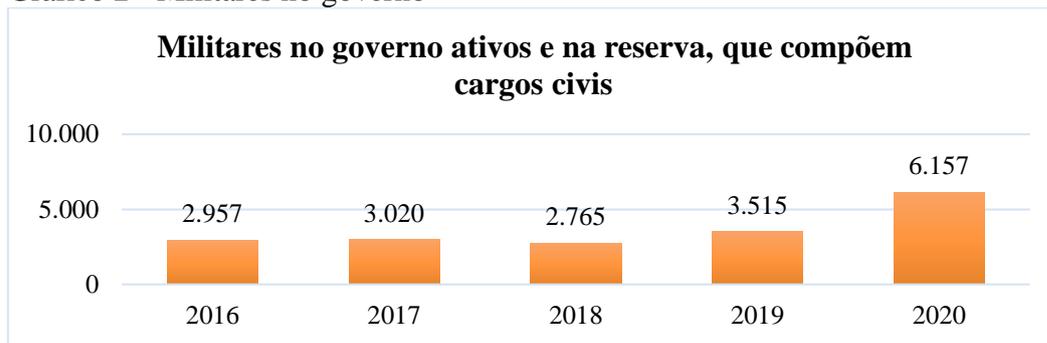
Bolsonaro ataca constantemente os poderes Legislativo e Judiciário incitando sua base de apoiadores contra os representantes dos poderes. Em um dos momentos mais preocupantes, o presidente põe em xeque o sistema eleitoral brasileiro, dizendo que ele venceu no primeiro turno das eleições e que as urnas eletrônicas foram hackeadas, de forma a levar Fernando Haddad para o segundo turno.

O questionamento do sistema de urna eletrônica é feito constantemente por Bolsonaro e seus apoiadores. Em março, o presidente chegou a dizer, em Miami, que teria provas de que havia vencido a eleição de 2018 no primeiro turno. As provas nunca foram apresentadas. (EXAME, 2020). Com essas afirmações, o presidente, em 2021, começou a pedir que o congresso colocasse em pauta a PEC¹¹ 135/2019, que propunha o voto impresso. Mesmo sem provas de fraudes nas urnas eletrônicas, a PEC avançou no debate público e foi derrotada na votação na câmara dos deputados.

A base do governo Bolsonaro é amplamente militar. Em relação ao governo Temer, a quantidade de militares ocupando cargos civis no governo aumentou 204% em relação a 2016. Em 2016, o país contava com 3.020 militares na ativa ou reserva, já em 2020, esse número saltou para 6.157. Segundo a repórter Laís Lis, do G1, em 2020, 43% dos cargos comissionados do governo estavam em posse de militares ativos ou na reserva.

¹¹ Proposta de Emenda à Constituição.

Gráfico 2 - Militares no governo



Fonte: (TCU - Tribunal de Contas da União)

Além do próprio governo ter um discurso antidemocrático e sempre estimular o desejo para algum tipo de golpe de cunho militar, existem também os apoiadores intitulados “bolsonaristas” que frequentemente estão se manifestando em apoio ao presidente. As manifestações de bolsonaristas em grande parte pedem o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), o Golpe Militar e o fechamento do Congresso Nacional.

Manifestantes fizeram neste domingo (31) em Brasília um ato a favor do governo Jair Bolsonaro e em defesa de medidas inconstitucionais e antidemocráticas, como o fechamento do Congresso, o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma intervenção militar. (GARCIA; FALCÃO, 2020).

Todo aspirante a ditador tem a necessidade de impedir o funcionamento das instituições, pois somente elas podem frear atos golpistas. A principal tática do bolsonarismo é utilizar-se de manifestações com verniz de liberdade de expressão, para assim dizerem estar protegidos pela constituição, mesmo com pautas inconstitucionais.

Pandemia de COVID-19

No ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada do surgimento de um vírus potencialmente letal e contagioso, que recebeu o nome de SARS-CoV-2, responsável por causar a doença COVID-19, o que fez com mundo inteiro ficasse alerta quanto ao risco dessa nova e desconhecida doença. O vírus obrigou o Brasil a restringir sua economia e adotar medidas de proteção contra a COVID-19. Apesar disso, o Brasil não teve uma reação adequada no enfrentamento da pandemia, o que causou uma crise sanitária no estado do Amazonas, quando a cidade de Manaus teve falta de cilindros de oxigênio para os pacientes vitimados com

a doença. Por ser uma doença que atinge o sistema respiratório, por vezes é necessário que o paciente receba oxigenação e assim possa ser tratado.

Ontem (13), a demanda por oxigênio em estabelecimentos hospitalares públicos de saúde do Amazonas superou em mais de 11 vezes a média diária de consumo da terça-feira (12). Os hospitais particulares também já enfrentam dificuldades de abastecimento. (RODRIGUES, 2021).

Inúmeras vezes, Jair Bolsonaro incentivou um tipo de tratamento precoce composto por drogas como hidroxicloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e corticosteroides sistêmicos que são indicados e comprovadamente ineficazes contra o vírus. Esse tipo de tratamento foi incentivado no estado do Amazonas e em partes, causou a crise dos respiradores.

Em meio a essa crise, o Governo Federal se provou omissos e permitiu a morte de inúmeros manauaras. Na CPI instaurada em meio à pandemia, popularmente conhecida como CPI da Pandemia, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello depôs sobre os motivos que levaram à falta de oxigênio no município de Manaus:

Pazuello afirmou que distribuiu medicamentos a pedido dos gestores. “Eu não comprei um grama de hidroxicloroquina, não incentivei”, disparou. O ex-ministro, porém, esteve inúmeras vezes ao lado de Bolsonaro enquanto o presidente propagandeava o remédio e autorizou a criação de um aplicativo — o TrateCov — que indicava o chamado kit covid até para bebês. (JUCÁ, 2021).

Mesmo em uma escalada de mortes por COVID-19, no Brasil, em que no dia 19 de junho de 2021 atingiu a marca de 500 mil mortes, o presidente ainda defendia um tratamento sem eficácia e se pronunciou sobre essa marca de mortes, apenas no dia 21 de junho, dizendo que lamentava as mortes e defendendo o tratamento precoce.

No dia 07 de setembro de 2021 o presidente convidou abertamente seus apoiadores a se manifestarem em defesa do governo, prometendo participar de atos em Brasília e São Paulo. Em seus discursos durante as manifestações, Bolsonaro ameaçou não cumprir as decisões do ministro Alexandre de Moraes.

Foi em São Paulo que Bolsonaro elevou o tom de golpismo, que já estava presente em seu discurso em Brasília. Ele questionou a urna eletrônica e as eleições, citou novamente o voto impresso (que já foi rejeitado pelo Congresso) e disse que não pode "participar de uma farsa como essa patrocinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)". (BBC, 2021).

As manifestações não tiveram o resultado esperado por Bolsonaro e isso o obrigou a moderar o discurso, com isso ele convocou o ex-presidente Temer para que pudesse ajudar a moldar uma carta de conciliação entre o executivo e o judiciário.

Conclusão

Ao longo dos últimos 26 anos marcados pela passagem de cinco presidentes, o humor da população brasileira variou da apreciação dos benefícios da democracia até o início de pedidos antidemocráticos. Os casos de corrupção, evidenciados durante o governo Lula, trouxeram um sentimento de indignação em parte dos brasileiros. O sentimento de impunidade só pôde ser acalmado quando a operação Lava Jato começou a levar a julgamento inúmeras pessoas que pareciam ser inatingíveis pela justiça. No entanto, os métodos da operação eram ilegais, como demonstra a série de reportagens do site The Intercept Brasil, pois os métodos lava jatistas transformaram a política em algo detestável. Bolsonaro aparece como um candidato *outsider* que era contra o *establishment* e se apropriou de sentimentos patrióticos e da luta contra a corrupção, para se tornar um candidato viável para a presidência.

Os discursos populistas, em que o combate a corrupção seria a principal bandeira, polarizam a política como se fosse uma disputa do bem contra o mal, em que ele estaria do lado do bem. Isso fez com que muitos brasileiros votassem no candidato e ignorassem os discursos preconceituosos e contra minorias. A promessa de levar para seu governo o juiz Sergio Moro também foi um fator determinante para que sua popularidade fosse elevada.

Ao longo dos mandatos, os presidentes tiveram suas popularidades postas à prova diante da população para que se pudesse saber como as pessoas visualizavam o desempenho do presidente do momento. FHC e Dilma, durante o segundo mandato, tiveram um desempenho pior em relação ao primeiro mandato. Mesmo assim, jamais tentaram pôr a população que os apoiava contra os poderes que compõem a democracia.

Já Bolsonaro, que vive seu pior momento à frente da presidência da república, constantemente tenta pôr em dúvida o STF, o sistema eleitoral e o poder legislativo. A diferença entre o comportamento entre os presidentes também é possível perceber, a partir das CPIs instaladas nos governos, nos quais os presidentes FHC e Dilma se portaram de maneira a enfrentá-las de forma séria e democrática, como exige a democracia.

Em contrapartida, o presidente Bolsonaro age de forma nada republicana e democrática por parte do eleitorado contra os parlamentares e fazendo críticas pessoais e que beiram ao preconceito tentando desmoralizá-la.

Tabela 2 - Aprovação dos últimos presidentes

Presidente	Primeiro mandato			Segundo mandato		
	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo
FHC	35%	37%	25%	26%	36%	36%
Lula	52%	31%	16%	83%	13%	4%
Dilma*	42%	33%	24%	13%	24%	63%
Temer**	7%	29%	62%	-	-	-
Bolsonaro***	24%	30%	45%	-	-	-

*O Governo Dilma teve seu segundo mandato encerrado através de um impeachment e assim seu governo teve duração de cinco anos e oito meses. Desta forma, o cálculo de aprovação de seu segundo mandato foi de janeiro de 2014 até agosto de 2016.

**Com o impeachment da Ex-Presidente Dilma Rousseff, seu Vice-Presidente Michel Temer assumiu o restante do mandato. Por Isso o cálculo vai de agosto de 2016 até dezembro de 2018.

***O Governo Bolsonaro ainda está em andamento, desta forma o cálculo vai de janeiro de 2019 até maio de 2021.

Fonte: (Datafolha 2018 e 2021).

O livro “Como as democracias morrem”, publicado por Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, discute que o mundo vive uma onda autoritária desde a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América e de Bolsonaro no Brasil. A obra deixa evidente que os presidentes tentam pôr a democracia abaixo com o objetivo de se beneficiar e se perpetuar no poder, mesmo que isso signifique atuar contra o sistema que os colocou no poder.

Os ataques antidemocráticos não podem apenas sair impunes, mesmo que o sistema democrático tenha como objetivo o respeito à diversidade. A democracia não pode ficar à mercê de ataques autoritários até que em algum momento os ataques sejam bem-sucedidos ou que os autoritários desistam de manter o ataque. A democracia deve e pode se utilizar de suas leis e dos partidos políticos para mitigar esses surtos autoritários. As instituições não podem ser reféns de aspirantes a ditador, elas, junto aos dispositivos legais, devem ser capazes de impedir os ataques contra a democracia.

É fundamental que o sistema de freios e contrapesos atue de forma eficaz e os bastões da democracia não permitam a ascensão de discursos autoritários que tenham o objetivo de acabar com a democracia. A liberdade não deve ser confundida com a incitação de um crime, com isso, os poderes que mantêm a democracia devem usar sua força para reprimir atitudes golpistas e autoritárias pelo bem da própria democracia.

REFERÊNCIAS

- AUDI, Amanda; DEMORI, Leandro. ‘400K’. **The Intercept Brasil**. São Paulo. 14 jul. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/14/dallagnol-lavajato-palestras/>>. Acesso em: 18 set. 2021.
- BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC Brasil**. São Paulo e da Basileia (Suíça). 19 abr. 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. O governo lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura? **Revista Todavia**, Ano 3, n. 4, jul. 2012.
- BARÓN, Francho. O inquietante ‘fenômeno Bolsonaro’. **El País**. Rio de Janeiro. 01 out. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/07/politica/1412684374_628594.html. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea [online]**. 2017, v. 21, n. 02. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- BETIM, Felipe. Caminhoneiros dobram a aposta e amplificam pedidos por “intervenção militar”. **El País**. São Paulo. 29 maio 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/07/politica/1412684374_628594.html. Acesso em: 11 jul. 2021.
- BORGES, Laryssa. STF anula grampo entre Lula e Dilma e envia para Sergio Moro investigações contra ex-presidente. **Veja**. São Paulo. 13 jun. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/stf-anula-grampo-entre-lula-e-dilma-e-envia-para-sergio-moro-investigacoes-contr-ex-presidente/>. Acesso em: 11 jul. 2021.
- CONFIRA situação dos 25 condenados do processo do mensalão. **G1**. Brasília. 18 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/mentasalao/noticia/2013/11/confira-situacao-do-25-condenados-do-processo-do-mentasalao.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- CPI da petrobras aprova relatório que isenta políticos investigados. **G1**. São Paulo. 22 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cpi-da-petrobras-aprova-relatorio-que-isentou-dilma-lula-foster-e-gabrielli.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- DATAFOLHA. **Avaliação do presidente Michel Temer**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, dezembro de 2018.

DATAFOLHA. **Avaliação presidente Jair Bolsonaro**. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, maio de 2021.

DESDE a redemocratização, FHC é o único ex-presidente vivo que não sofreu impeachment ou foi preso. **O Globo Época**. Rio de Janeiro. 21 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/desde-redemocratizacao-fhc-o-unico-ex-presidente-vivo-que-nao-sofreu-impeachment-ou-foi-pres-23541078>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ENTENDA a cpi dos correios. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 01 set. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71875.shtml>. Acesso em: 18 set. 2021.

FHC enfrenta maior ato contra o seu governo hoje. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 29 ago. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc26089902.htm>. Acesso em: 08 jul. 2021.

FILHO, William Helal. Há 20 anos, Bolsonaro defendeu fechamento do Congresso e a morte do então presidente, Fernando Henrique. **O Globo**. Brasil. 24 maio 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ha-20-anos-bolsonaro-defendeu-fechamento-do-congresso-e-morte-do-entao-presidente-fernando-henrique-cardoso.html>. Acesso em: 08 jul. 2021.

FRASES de Bolsonaro, o candidato que despreza as minorias. **IstoÉ**. 24 set. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>. Acesso em: 19 set. 2021.

GARCIA, Gustavo e FALCÃO, Márcio. Ato pró-Bolsonaro em Brasília reúne manifestantes em defesa de medidas inconstitucionais. **G1**. Brasília. 31 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/manifestantes-fazem-ato-em-brasilia-em-apoio-a-bolsonaro-e-em-defesa-de-medidas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Editora Atlas. 6º ed. 2008.

GREENWALD, Glenn; POUGY, Victor. 'Mafiosos!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!'. **The Intercept Brasil**. São Paulo. 09 jun. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/>. Acesso em: 19 set. 2021.

JUCÁ, Beatriz. Pazuello inclui Bolsonaro em decisão de se omitir na crise do oxigênio em Manaus. **El País**. São Paulo. 20 maio 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-20/pazuello-inclui-bolsonaro-em-decisao-de-se-omitir-na-crise-do-oxigenio-em-manaus.html>. Acesso em: 15 out. 2021

JUNQUEIRA, Caio; BRITO, José; NETO, Vital. Mensagens mostram que procuradores sabiam que Moro divulgaria conversas de Lula. **CNN Brasil**. São Paulo. 09 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mensagens-mostram-que-procuradores-sabiam-que-moro-divulgaria-conversas-de-lula/>. Acesso em: 18 set. 2021.

KREIN, José Dari. A reforma trabalhista de FHC: análise de sua efetividade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, SP, n. 24, p. 270-299, 2004.

LEVINTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro. Zahar. 2018.

LIS, Laís. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. **G1**. Brasília. 17 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/17/governo-bolsonaro-tem-6157-militares-em-cargos-civis-diz-tcu.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2021.

LOPES, A. S.; CORREA, J. D. S.; SILVA, T. C. da; RODRIGUES, Y. S. Os impactos gerados pela greve dos caminhoneiros no Brasil e a resiliência nos equipamentos e serviços turísticos. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 59-72, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/25510>. Acesso em: 11 jul. 2021.

LULA é alvo de protestos em capitais. **G1**. São Paulo, Rio e Brasília. 04 ago. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL82958-5601,00-LULA+E+ALVO+DE+PROTESTOS+EM+CAPITAIS.html>. Acesso em: 08 jul. 2021.

MARTINS, Rafael Moro; AUDI, Amanda e DEMORI, Leandro. 'Isso é um pepino pra mim'. **The Intercept Brasil**. São Paulo. 14 jul. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/26/deltan-dallagnol-palestra-empresa-investigada-lava-jato/>. Acesso em: 18 set. 2021.

MELLO, Igor; SABÓIA, Gabriel; CHADE, Jamil; RIBEIRO, Silvia; DEMORI, Leandro. Lava Jato usou provas ilegais do exterior para prender futuros delatores. **Uol e The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro e Genebra. 27 set. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/27/lava-jato-usou-provas-ilegais-do-exterior-para-prender-futuros-delatores.htm>. Acesso em: 18 set. 2021.

MESMO sem indícios de fraudes, Bolsonaro questiona urnas eletrônicas. **Exame**. São Paulo. 16 nov. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mesmo-sem-indicios-de-fraudes-bolsonaro-questiona-urnas-eletronicas/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, Mariana. Moro diz ao CNJ que não quis influenciar eleições ao divulgar trechos da delação de Palocci. **G1**. Brasília. 18 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/10/18/moro-diz-ao-cnj-que-nao-quis-influenciar-eleicoes-ao-divulgar-trechos-da-delacao-de-palocci.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PINHEIRO, Marília Cordeiro; SERRANO, André Luiz Marques. Análise do impacto do programa Fies nos retornos de ações do setor de ensino superior. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 30, n. 81, p. 368-380, set./dez. 2019

QUEIROZ, F. Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **CSONline - Revista Eletrônica De Ciências Sociais**, [S. l.], n. 27, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17521>. Acesso em: 10 jul. 2021.

RODRIGUES, Alex. Amazonas decreta toque de recolher devido à covid-19. **Agência Brasil**. Brasília. 14 jan. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/amazonas-decreta-toque-de-recolher-devido-covid-19>>. Acesso em: 19 set. 2021.

SUPERINTENDÊNCIA regional no estado do paraná delegacia regional de combate ao crime organizado opera o lavajato. **Termo De Colabora o 01 De Antonio Palocci Filho**. Serviço público federal polícia federal. Curitiba/PR. 13 abr. 218.

TODOS os estados e o df têm protestos contra o governo Dilma. **G1**. São Paulo. 16 out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contr-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

TRANSI O de FHC a Lula teve visita a bush e críticas internas no PT. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/transicao-de-fhc-a-lula-teve-visita-a-bush-e-criticas-internas-no-pt.shtml>. Acesso em: 18 set. 2021.